

ATA DA 403ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2014/2016

Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Defensor Público-Geral do Estado, Rafael Valle Vernaschi. Presentes os/as Conselheiros/as: Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, Bruno Diaz Napolitano, Bruno Ricardo Miragaia Souza, Horácio Xavier Franco Neto, Kathya Beja Romero, Pedro Antonio de Avellar, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Rafael Bessa Yamamura, Wagner Ribeiro de Oliveira, Alderon Pereira da Costa, e Representando a Apadep, Franciane de Fátima Marques. Ausentes justificadamente os Conselheiros Alexandre Orsi Netto e Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Presidente iniciou a sessão às 10h13min, agradecendo as lembranças de Natal entregues pela Secretaria do Conselho Superior e pela Apadep. Deixou uma mensagem de agradecimento a Defensoria Pública como um todo, para os Defensores Públicos, Servidores, Conselheiros, Ouvidoria e Apadep por todo trabalho realizado, especialmente a partir de maio, quando a nova Administração entrou em exercício e por todo trabalho realizado em conjunto nesse período em busca de alcançar as metas estabelecidas. Destacou que a Defensoria Pública busca e tem como meta fortalecer a instituição, e acredita que isso vem sendo atingido, aos poucos, embora haja dificuldades e limitações internas e externas, o que vem sendo superado. Desejou boas festas a todos os Defensores e Servidores, almejando que o próximo ano seja de grandes conquistas para a Defensoria Pública e que consiga avançar cada vez mais no fortalecimento da instituição, na valorização dos Defensores e Servidores, além da democracia interna e com a sociedade civil, pois esse é propósito e a finalidade da instituição. Explanou que em 2015 tem o compromisso da valorização dos Defensores Públicos, Servidores, e especialmente os Agentes Políticos pertencentes a instituição e da valorização remuneratória e a Administração terá todo o empenho junto ao Executivo e o Legislativo, buscando sucesso nas empreitadas e projetos de leis. Parabenizou, em nome da Administração, os Defensores Públicos Jairo Salvador de Souza e André Eugênio Marcondes, da Regional São José dos Campos, que participaram da Premiação Innovare na Categoria Defensoria Pública. Relatou que eles foram dezoito projetos indicados, em meio de outros 367 projetos, e considerou que a dedicação e iniciativa do trabalho sirvam como exemplo e fosse seguido por todos os Defensores Públicos. Aproveitou o ensejo para parabenizar também a Defensoria Pública do Maranhão, ganhadora do Prêmio. Por fim, comunicou que, na última semana, havia sido encaminhado um comunicado da Gestão com informações sobre o recesso de fim de ano. Informou a Coordenadoria de Comunicação havia disponibilizado uma página no portal da instituição com informações relativas ao funcionamento da Defensoria Pública, de modo que pudessem ser divulgadas as Escalas, os horários de atendimento, bem como propiciar aos Defensores Públicos os modelos de peças e documentos que pudessem facilitar a atuação. Lembrou que a Segunda e Terceira Subdefensorias estão, desde outubro, participando juntamente com todas as Coordenações das Unidades para a confecção das escalas, visando atender as pontuais necessidades. Desejou um ótimo plantão e um ótimo trabalho durante o recesso, e colocou a Administração Superior a disposição nos dias úteis para dar todo apoio durante o período. Após, passou-se as Comunicações da Secretaria, que justificou a ausência do Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho e do Conselheiro Alexandre Orsi Netto em razão de férias. Após, não havendo inscritos para o Momento Aberto, o Presidente abriu a palavra aos Conselheiros para as manifestações diversas. O Conselheiro Horácio Xavier mostrou a necessidade de refletir sobre o final de ano, sobre tudo o que fizeram de positivo e negativo, nos erros e acertos. Externou que havia aprendido muito com o Colegiado e que foram quase seis meses como Conselheiro, tendo uma visão nova sobre a Defensoria Pública, além das questões técnicas, e o amadurecimento profissional. Considerou que a Carreira de Defensores tem um anseio elevado para a sua valorização, e se sentiu satisfeito com a fala do Presidente, no compromisso da valorização em manter os melhores Defensores Públicos na carreira, além da simetria com o Ministério Público e a Magistratura. Emocionou-se em lembrar quando iniciou na carreira de Defensor, inclusive seus parentes na época não tinham noção do que era a Defensoria Pública. Avaliou que a valorização financeiramente é consequência do reconhecimento profissional. Por fim, desejou que a Defensoria utilizasse da sua iniciativa legislativa, mostrando a importância do desenvolvimento de projetos legislativos logo no início do ano. O Ouvidor-Geral, Alderon Pereira

agradeceu em nome da Ouvidoria, o apoio dos Defensores, Servidores e da entidade de classe nesses seis meses da sua gestão. Mostrou a dificuldade de gerenciar a Ouvidoria-Geral, pois além de encontrar um equilíbrio nas questões corporativistas, remuneratórias e condições de trabalho, devem se atentar a outros fatos relevantes. Considerou que as questões remuneratórias são importantes, mas destacou a necessidade de observar os dados publicados pelo IBGE, na última quinta feira, que mencionava que mais de 7,2 milhões de pessoas ainda passam fome no país. Considerou é um dado importante e deve ser levado em consideração, pois a Defensoria tem a missão de mudar essa realidade, inclusive questionar a carreira do Ministério Público e da Magistratura, que tratam de questões que estão totalmente fora da realidade do país. Ressaltou que, apesar dos conflitos, é importante mantermos o respeito, a cordialidade e o diálogo, e lembrou o lema da Ouvidoria: "A justiça começa com o diálogo". Informou que, na última quarta-feira, esteve em reunião com a Juíza Diretora do Fórum Barra Funda, e externou seu contentamento em observar melhoria nas filas de atendimento, e sobre os projetos de melhoria para os usuários do fórum. Informou que a Juíza Diretora havia apresentado à Presidência do Tribunal de Justiça um projeto para melhorar a situação das filas, e pediu para que a Defensoria Pública encampasse o pedido. A Representante da Apadep, Franciane Marques comunicou que, na última semana, havia protocolizado uma Ação sobre a incidência do IR sobre as férias, e informou que também ingressou como Amicus Curie na Adin do PGJ, por conta da liminar concedida. Com relação ao prêmio Innovare, parabenizou também os Defensores Jairo Salvador de Souza e André Eugênio Marcondes, e mencionou que a Defensoria Pública do Estado sempre está presente entre os finalistas, e destacou a importância de trabalho dos Defensores. Informou que, na última quinta-feira, a entidade de classe teve acesso ao voto do relator do Mandado de Segurança, que discute a obrigatoriedade de inscrição da OAB para os Defensores Públicos. Considerou o voto muito ruim, e relatou que houve um pedido de vista da desembargadora. Informou que conversou com o Presidente, e se dispôs a conversar com os desembargadores para tentar reverter esse primeiro voto. Agradeceu o trabalho do colegiado e considerou que sua presença no Conselho é gratificante. Homenageou o Conselheiro Pedro Avellar, que atua na Regional de Araçatuba e viaja milhares de quilômetros para atuar na Sessão do Conselho, e considerou ser um exemplo de entusiasmo e inspiração, sendo um exemplo vivo para os novos Conselheiros. Falou que compreende os colegas, quando falam que não encerram o ano com conquistas remuneratórias, e firmou o compromisso aos Defensores Públicos, que no próximo ano a entidade de classe lutará sobre o tema. Agradeceu o Ouvidor-Geral, Alderon Pereira por trabalharem juntos, e externou o convite feito pelo Ouvidor Geral para que os Defensores Públicos e a Apadep participassem do Natal Solidário com a população em situação de rua, que ocorre na Praça da Sé, na noite do dia vinte e quatro de dezembro, no qual ele participa todos os anos com muito prazer. Por fim, saudou a iniciativa, e informou que a Apadep estará presente. O Conselheiro Pedro Antonio de Avellar agradeceu as palavras da Conselheira Franciane Marques. Com relação à fala do Ouvidor-Geral, Alderon Pereira sobre os 7,2 milhões de pessoas que passam fome, ele considerou que o fato é muito mais amplo do que o caso de um pai que esqueceu o filho dentro do carro. Criticou o atual governo, e falou que o alto número de famintos é fruto das políticas públicas enganadoras do Governo Federal, e que são impostas pela atual gestão na ânsia de se manter no poder, apesar de estarem lá legitimamente. A Conselheira Kathya Beja acrescentou que a instituição não pode se esquecer que consta na lei orgânica como fundamento de atuação a erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades sociais, devendo ser o norte e a orientação de todos da instituição. Não havendo mais inscritos, o Presidente passou a palavra para o Primeiro Subdefensor-Geral, Rafael Português e a Diretora do Departamento de Orçamento e Finanças, Meiry Setsuko Loretto, visando apresentar o Orçamento da Defensoria Pública em 2015. O Primeiro Subdefensor-Geral, Rafael Português iniciou a apresentação reforçando os votos de boas festas, e desejou que a Defensoria Pública cresça cada vez mais, mas que sempre cresça no caminho correto. Informou que, na madrugada passada, a Assembléia Legislativa aprovou o Orçamento, conforme a proposta encaminhada que tinha um cenário com grande restrição orçamentária nos setores de âmbitos Federais e Estaduais, e mencionou que o ano de 2015 seria o ano mais restritivo nos últimos 10 anos. Explicou que baixa atividade econômica é o que atinge as perspectivas de receitas para a Defensoria Pública, já que a principal receita é o Fundo de Assistência Judiciária e ela tem relação direta com a atividade econômica e em especial, a atividade imobiliária. Explicou também, que houve quase uma paralisação na construção civil e das vendas de imóveis e isso afetou o orçamento da Defensoria

Pública. Falou que não houve redução nos gastos com o Convênio com a OAB/SP, e informou que desde 2007 se mantém o mesmo. Falou também sobre a possibilidade da utilização da verba diferida. Ressaltou que as contas da instituição estão bem e possivelmente o cenário melhora em 2016. A Diretora do Departamento de Orçamento e Finanças, Meiry Setsuko Loretto se manifestou no sentido de explicar os gráficos apresentados através do retro-projetor, que até o momento, o crescimento foi de 0,5%. Explicou também, que a Procuradoria Geral do Estado passou para Defensoria uma receita adquirida de 108 milhões, além do aumento da receita ocorrido entre 2011 e 2013, que foi devido ao altíssimo crescimento imobiliário. O Primeiro Subdefensor-Geral, Rafael Português prestou informações de que, em 2014, houve uma grande expansão e estruturação da Defensoria Pública com aumento no número de servidores. Demonstrou que esses gastos já estavam previstos com a utilização da verba do Fundo de Assistência Judiciária, e mostrou a projeção de gastos e orçamentos. Explicou que os dados apontam como a instituição esta indo bem, e mostrou a necessidade de ter cuidado ao administrar a verba, pois possivelmente em 2015 será necessária a utilização da chamada verba diferida, além de recorrer à verba do tesouro. A Representante da Apadep, Franciane Marques mostrou preocupação com a apresentação do quadro sem o crescimento da Defensoria. Sugeriu que a tabela deveria vir com dados de tudo o que Defensoria produziu, o que se implementou no atendimento, quantos servidores, defensores e agentes foram contratados, quantas Unidades foram inauguradas. Sugeriu também, que colocassem os dados do quanto se gasta com a expansão da Defensoria, e se colocou a disposição para oferecer os dados que a Apadep havia apresentado no fechamento do ano, contendo dados de crescimento e expansão da instituição. O Primeiro Subdefensor-Geral, Rafael Português respondeu que houve um incremento nos gastos, tendo em vista o crescimento da estruturação e expansão da Defensoria, contudo, mencionou que nada impede que a administração discuta com o Executivo e o Legislativo sobre os projetos remuneratórios e demais pleitos. Narrou sobre o avanço de recursos humanos pela Defensoria, que contava com apenas 87 Defensores Públicos em 2007 e agora possui 719, e atualmente possuem aproximadamente 700 servidores. O Presidente complementou dizendo que a intenção da apresentação era mostrar os dados de maneira geral, visando demonstrar os dados de como foi o ano, de modo que fosse possível observar as despesas com pessoal, OAB/SP e outros gastos. O Conselheiro Rafael Bessa Yamamura agradeceu a apresentação, e considerou que para o ano de 2015 deverá ser necessário solicitar junto ao Executivo o incremento financeiro da instituição via tesouro. Avaliou que os gastos com o convênio com a OAB/SP é muito elevado, devendo ser revisto visando buscar mecanismos para diminuir essa despesa. O Primeiro Subdefensor-Geral, Rafael Português estimou que em dez anos o gasto com a OAB/SP deve chegar em dez por cento da verba da Defensoria Pública. O Conselheiro Horacio Xavier indagou sobre o cenário para 2015, tendo em vista a questão do crescimento dos Defensores e da instituição, diante da recessão econômica prevista e a remuneração dos defensores. O Presidente respondeu que a administração trabalha com a perspectiva de incremento da verba, além de articulações junto ao Executivo para a reforma da lei 988, contando com a participação das associações. Mencionou que a posse dos novos Defensores está prevista para novembro de 2015, bem como o concurso de novos oficiais e agentes. Nesse sentido, considerou uma possibilidade de melhoria na economia no final de 2015. A Representante da Apadep, Franciane Marques considerou a possibilidade de economizarem fazendo planejamento, mas solicitou que fosse informada à Apadep sobre os dados disponíveis da verba. Mostrou a importância de divulgar os dados do crescimento e expansão da Defensoria para os Deputados na Assembléia Legislativa. Por fim, lembrou que a posse dos novos Defensores prevista para o mês de novembro, permitirá que a Administração tenha tempo hábil para planejar adequações nas instalações para recebê-los. Com relação à verba, o Presidente informou que o valor solicitado junto ao Poder Executivo estava previsto pelo governo, de modo que houvesse um reajuste por conta da inflação, sendo contabilizado esse valor na Folha da Defensoria Pública, dando a impressão de ter sido solicitado milhões a mais. Com relação à estruturação da instituição, o Presidente garantiu que para os novos defensores haverá estrutura física, mas citou que ainda existem cidades que não possuem Unidades, como Bragança Paulista e Caraguatatuba. A Diretora do Departamento de Orçamento e Finanças explicou que o PASEP não pode ser usado na folha de pagamento. Lembrou que a receita do Fundo de Assistência Judiciária ainda não foi concluída para o exercício de 2015, devendo ser iniciado no próximo ano. O Primeiro Subdefensor-Geral, Rafael Português ressaltou a importância do FAJ, pois é

um fundo que dá autonomia e independência para a Defensoria Pública. Comentou que a perspectiva é que nos próximos anos a Defensoria cresça em média de seis a oito por cento. O Ouvidor-Geral, Alderon Pereira considerou importante avaliar a situação dos convênios, inclusive com a OAB/SP, não só na parte financeira, mas também na qualidade do atendimento ao assistido. Nesse sentido, mostrou preocupação no âmbito da Ouvidoria-Geral. O Primeiro Subdefensor-Geral, Rafael Português finalizou dizendo que a Assessoria de Convênios vem trabalhando especificamente na limitação dos gastos, sendo relevante o controle do crescimento das unidades e a qualidade de atendimento. Mencionou sobre o processo de instituição do Pró-labore no âmbito administrativo, de modo que possa ser adotado uma estratégia de otimizar e qualificar as demandas recebidas administrativamente. Não havendo mais inscritos para manifestações, passou-se a ordem do dia. O Presidente encaminhou propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma: CSDP nº 351/13. Interessados: Ouvidoria Geral da Defensoria do Estado, Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito e o Instituto Luíza Gama. Assunto: Proposta de alteração da deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti apresentou a redação final da Deliberação com as mudanças deliberadas em consonância com o voto do relator, após envio de diversas considerações pelo Conselheiro Pedro Avellar. O Conselheiro Pedro Antonio de Avellar indagou se o que havia sido aprovado nas sessões anteriores é de que os candidatos cotistas, que fossem aprovados no concurso, independente da reserva de cotas, não fossem contabilizados nos 20%, reservado para as ações afirmativas. Nesse sentido, propôs a alteração para que os cotistas fossem necessariamente incluídos nas vagas reservadas, e não incluídos nos 80%. O Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia explicou que o intuito da deliberação é garantir o mínimo de 20% de negros e indígenas, e considerou que a mudança proposta definiria um limite máximo. Nesse sentido avaliou que adotar o pedido tornaria o concurso mais difícil para os cotistas. O Conselheiro Augusto Guilherme afirmou que a sugestão redacional mudaria o mérito da deliberação, e discordou da mudança posterior do que já havia sido consensuado. O Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira acompanhou o entendimento, e mencionou que a adoção de cotas no concurso, busca equilibrar a representatividade étnica na sociedade e na Defensoria Pública, assim pontuou que tal mudança poderia causar um efeito de barrar a entrada de negros e indígenas. O Ouvidor-Geral, Alderon Pereira sugeriu a inclusão de considerandos na Deliberação, de modo que constasse que a adoção de cotas havia sido uma conquista da demanda da sociedade civil, devendo ser importante o registro do ponto de vista histórico, registrando a política como uma conquista da sociedade civil e o caráter democrático e participativo da Defensoria Pública. O Conselheiro Wagner Ribeiro defendeu que os considerando devesse se limitar aos fundamentos jurídicos. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, rejeitar a sugestão do Ouvidor Geral. Por fim, consigna-se que a redação do Conselheiro Luis Gustavo foi aprovada na íntegra, devendo ser publicada oportunamente a Deliberação CSDP nº 307/14. CSDP nº 351/14. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de ato normativo, que regulamenta a bonificação por resultados (BR), para o exercício de 2015. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator leu relatório e proferiu o voto no sentido de deferir a proposta apresentada. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Diretor do Departamento de Recursos Humanos, a fim de apresentar a sistemática e os objetivos da bonificação por resultados. O Diretor, Ricardo Amorim apresentou sobre os indicadores específicos, a instituição de prazos visando melhorar a Bonificação por Resultados, a instituição de avaliações em dois sentidos, e o controle dos índices de eficiências atreladas as metas a serem atingidas. Observou que cada unidade ou órgão tem suas metas individuais, e explicou que a somatória dos pontos nos quesitos resulta na fórmula do cálculo da bonificação. Após, o Presidente encaminhou para discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, opinar pelo deferimento da proposta apresentada, encaminhando-se os autos à Defensoria Pública-Geral, a fim de publicar oportunamente o Ato Normativo da Defensoria Pública-Geral. CSDP nº 352/14. Interessado: Aristeu Bertelli da Silva. Assunto: Pedido de afastamento para exercer o mandato (2015/2018) de perito no Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, órgão integrante do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura da Secretaria de Direitos Humanos. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Ouvidor-Geral, Alderon Pereira

elaborou o parecer da Ouvidoria e proferiu no sentido de acompanhar os votos anteriores, tendo em vista que existe o impedimento legal. Contudo, elaborou duas sugestões, as quais sejam: a) que a Administração Superior deve encontrar uma maneira de garantir a substituição dos servidores, que futuramente tenham um pedido de afastamento deferido; e, b) que o Conselho Superior expedisse um ofício para a Comissão do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura justificando o indeferimento do pedido do servidor, e reiterar a importância do órgão. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Wagner Ribeiro discordou do pedido do Ouvidor Geral, isto porque o pedido havia partido do interesse do próprio servidor, que se candidatou ao cargo. Observou que o pedido de afastamento não tinha qualquer vinculação direta com o órgão. Por fim, pontuou que o Conselho Superior não havia analisado o mérito da importância do mecanismo, devido a ausência de fundamentação legal para deferir o afastamento do servidor. O Presidente sugeriu o envio de um comunicado da Presidência do Conselho, de modo que fosse registrado que o Conselho Superior havia sido informado da seleção do servidor, mas que por um óbice legal não foi possível aprovar seu afastamento, ressaltando a importância do órgão. O Conselheiro Rafael Bessa sugeriu inserir uma consideração sobre a impossibilidade de designação, além de afastamento. O Conselheiro Pedro Avellar manifestou que o Defensor Público-Geral poderia designar o servidor para exercer o cargo junto ao mecanismo, diante da vedação legal, mas discordou da inclusão apresentada pelo Conselheiro Rafael Bessa, por conta de divergências no Conselho Superior sobre o tema. Assim, endossou o envio do ofício, nos moldes da sugestão da Presidência. A Representante da Apadep, Franciane Marques considerou importante refletirem sobre a possibilidade de designação para não parecer um ato relacionado à política. Defendeu que na manifestação devesse constar apenas a decisão e sua justificativa, sem mencionar o mérito. Após a discussão, o Presidente encaminhou para votação, sendo aprovado por maioria de votos, nos termos do voto do relator, indeferir o afastamento do servidor. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, nos termos do voto do relator, indeferir o afastamento do interessado. Vencido o Conselheiro Pedro Antonio de Avellar, que votava pelo indeferimento do pedido com fundamento diverso. CSDP nº 314/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentar o julgamento virtual de processos administrativos no âmbito do Conselho Superior da Defensoria Pública. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de adotar a sistemática de julgamentos virtuais, nos termos da minuta de deliberação apresentada, apenas aos processos de estágio probatório, afastamentos e relatórios semestrais de Núcleos Especializados e Comissão de Prerrogativas. Explicou como deverão ser protocolizados os pedidos e a sistemática de votação, além da publicação de pauta dos processos a serem julgados virtualmente. O Conselheiro Pedro Avellar manifestou concordância com o voto do relator, e elogiou o trabalho realizado. A Corregedora-Geral, Kathya Beja mostrou preocupação de que o Conselho Superior passasse a funcionar como órgão de mera homologação de processos de estágio probatório e os relatórios de núcleos. Sugeriu que o prazo para o pedido de julgamento presencial tivesse prazo maior. O Ouvidor-Geral, Alderon Pereira concordou com a Corregedora-Geral, e compreendeu o pedido de aperfeiçoamento na análise dos processos, que atualmente o julgamento em geral é burocrático e pouco se reflete sobre a temática. Considerou que o julgamento virtual de pedidos de afastamento para cursos poderia ser uma experiência inicial, mas mostrou receio no caso de relatórios de núcleos e comissão de prerrogativas. Ponderou sobre a dependência da tecnologia, e exemplificou sua experiência, na última quinta-feira, quando não conseguia acessar o seu e-mail, diante da falha no sistema. Por fim, mostrou preocupação com a transparência das discussões. O Conselheiro Bruno Miragaia considerou que a transparência de fato é importante, mas mostrou a necessidade de desenvolver a sistemática de atuação eficiente. Explicou como seria o julgamento de estágios probatórios, e os casos que não estariam em pauta. Apontou que a tecnologia pode melhorar a eficiência do Conselho Superior, e afirmou que, em caso de qualquer dúvida ou contestação, os processos poderiam ser julgados presencialmente. O relator parabenizou o proponente pela proposta apresentada, que de maneira proativa propõe a celeridade nos julgamentos dos processos. Compartilhou da preocupação da Ouvidoria Geral, mas considerou que o julgamento virtual, do modo como foi delineado, mantém em harmonia a celeridade processual e os princípios de transparência e publicidade, quando os processos poderão ser votados em até três semanas. O Ouvidor Geral, Alderon Pereira solicitou vista aos autos, de modo que pudesse estudar a proposta apresentada e o

voto do relator. Após o Presidente concedeu vista dos autos. Vista concedida à Ouvidoria Geral, Alderon Pereira da Costa. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 14h, prorrogando-se os demais processos na ordem do dia. CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 112/13. Interessado: Fabiano Brandão Majorana. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o limite de afastamento em funções e cargos de confiança. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 364/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Combate a Discriminação, Racismo e Preconceito. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2013). Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 003/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o artigo 151 da Lei Complementar nº 988/06. (que trata do afastamento de Defensores Públicos para frequentar curso de pós-graduação ou empreender pesquisa, bem como estabelece a política de retribuição institucional pelo investimento). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de Deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 114/14. Interessado: Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de Deliberação que concede afastamento, verba de representação e possibilita a nomeação de Defensor Público Assessor aos Conselheiros eleitos no âmbito do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relatora: Conselheira Kathy Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 116/14. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2013). Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 198/14. Interessado: CONDEPE. Assunto: Apresentação da lista tríplice para preenchimento do cargo de Ouvidor - Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. Retirado de pauta, em razão da deliberação na 73ª Sessão Extraordinária do Conselho Superior, realizada em 18 de dezembro de 2014. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 224/14. Interessada: Comissão Eleitoral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 242/12 (que disciplina o processo de eleição do Defensor Público-Geral e dos membros do Conselho

Superior da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08 (que regulamenta a realização de atividade docente e discente por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 253/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Correição Extraordinária, após deliberação do Conselho Superior. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 265/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2014). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 269/14. Interessada: APADEP. Assunto: Pedido de afastamento de Defensores Públicos para atividade associativa. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 273/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Final da Coordenação do Núcleo Especializado. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da pratica social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 286/14. Interessados: Defensores Públicos da Unidade Jabaquara. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 21/06 (que cria as Defensorias Públicas Regionais da Capital e de sua Região Metropolitana). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 313/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para instituir o sistema de registro e gestão dos procedimentos administrativos de tutela coletiva. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 325/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a julho de 2014). Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 326/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação dos servidores nos plantões judiciais. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12, (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.

CSDP nº 329/14. Interessado: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da deliberação CSDP nº 285/13 (que define as normas para o gozo de licença-prêmio pelos membros e servidores da Defensoria Pública, e dá outras providências). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Retirado de pauta, em razão da deliberação na 73ª Sessão Extraordinária do Conselho Superior, realizada em 18 de dezembro de 2014. CSDP nº 331/14. Interessados: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimososa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra Assunto: Proposta de deliberação que visa a transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 338/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional Marília. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a indenização de férias dos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 005/13. Interessado/a: Alline Delbem. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 081/13. Interessado/a: Nalida Coelho Monte. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 088/13. Interessado/a: Priscila Domiciano da Silva. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 051/13. Interessado/a: Hellen Cristina Lago Ramos. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 033/13. Interessado/a: Diogo Almeida Lopes. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 085/13. Interessado/a: Paulo Ricardo Divitiis Filho. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão às 14h12min. Eu, Carlos Takita Mizukai, Oficial de Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de 2014.

Rafael Valle Vernaschi
Presidente

Bruno Diaz Napolitano
2ª Subdefensoria Pública-Geral

Kathya Beja Romero
Corregedora-Geral

Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
3ª Subdefensoria Pública-Geral

Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa
Conselheiro

Bruno Ricardo Miragaia Souza
Conselheiro

Pedro Antonio de Avelar
Conselheiro

Horácio Xavier Franco Neto
Conselheiro

Wagner Ribeiro de Oliveira
Conselheiro

Rafael Bessa Yamamura
Conselheiro

Franciane de Fatima Marques
Representante da Apadep

Aldeon Pereira da Costa
Ouvidor-Geral